

**Remetente (pessoa jurídica):****CNPJ**

05.789.902/0001-72

**Nome da instituição**

TRE/TO

**Setor**

SEÇÃO DE CONTRATOS

**Responsável pelo envio (Pessoa física):****Nome**

ZILANIA FILGUEIRAS

**Telefone**

(63)3229-9557

**E-mail**[secont@tre-to.jus.br](mailto:secont@tre-to.jus.br)**Destinatário:****Nome**

GABRIEL DA SILVEIRA MATOS

**Setor**

Outro

**Descrição do documento**

TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 03/2023, REFERENTE AOS SERVIÇOS DA JUSTIÇA  
ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL

**Anexos**

SEI\_000012302149452\_Termo.pdf  
SEI\_000012302149452\_Termo.pdf  
SEI\_000012302145556\_Decisao\_552.pdf  
SEI\_CNJ\_\_1763007\_\_Oficio.pdf

- Declaro que as informações fornecidas são verdadeiras e estou ciente de estar sujeito à invalidação do protocolo e às penas da legislação pertinente em caso de fornecimento de dados falsos.
- Declaro que tenho ciência de que este canal não deve ser utilizado para o encaminhamento de peças processuais, sob pena de devolução dos documentos, nos termos da Portaria Nº 52 de 20/04/2010.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Q-202 N AV. TEOTÔNIO SEGURADO, CONJ 1 LTS 1/2 CX. POSTAL 181 - Bairro PLANO DIRETOR NORTE - CEP 77006214 -  
Palmas - TO

**TERMO**

**TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE  
COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 03/2023,  
REFERENTE AOS SERVIÇOS DA JUSTIÇA  
ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA  
LEGAL.**

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**, com sede de na Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte Conjunto 01, Lotes 01/02, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CNPJ nº 05.789.902/0001-7, neste ato representado por seu presidente, Desembargador **João Rigo Guimarães**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Termo de Cooperação Técnica celebrado pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional do Ministério Público, para os fins especificados no ato referente aos serviços da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, comprometendo-se a apoiar técnica e operacionalmente o programa mediante adoção de medidas necessárias à concretização do pleno acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

O Desembargador **João Rigo Guimarães**, declara firme vontade de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI) e/ou atividades conexas relacionadas à atividade-fim da entidade, os quais serão implementados mediante o programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, em observância aos arts. 5º, inciso XXXV, 107, §2º, 115, §1º, e 125, §7º, da Constituição Federal; art. 95, parágrafo único, da Lei n. 9.099/95; art. 22, parágrafo único, da Lei n. 10.259/2001; Resolução CNJ n. 460/2022; bem como aos arts. de 67 a 69 do Código de Processo Civil e à Resolução CNJ n. 350/2020, que estimulam a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário, obedecendo-se aos seguintes parâmetros, fixados a partir de diretrizes estabelecidas pelos Conselhos signatários do Termo de Cooperação Técnica:

- I – Institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal;
- II – Capacitação profissional acerca das especificidades regionais da Amazônia Legal;
- III – Produção e/ou veiculação de campanhas de divulgação do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de materiais e demais peças de comunicação institucional referentes a lições de cidadania;
- IV – Designar profissionais e disponibilizar recursos materiais para a execução dos serviços, relacionados à atividade-fim da entidade aderente, no curso da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e
- V – Geração e controle de dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas.

1. ATUAÇÃO COORDENADA: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

desenvolverá ações, coordenadas e supervisionadas pelo Conselho Nacional de Justiça, visando à efetividade e qualidade da concretização do direito fundamental de acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

2. GESTOR(A) LOCAL: indica para gestor(a) local do presente instrumento o Sr CLAIRTON THOMAZI, ocupante do cargo Coordenador Administrativo da Escola Judiciária Eleitoral do Tocantins, endereço eletrônico: clairton@tre-to.jus.br e eje@tre-to.jus.br, telefone 63 3229 9611/ 9679, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho correlato ao Termo de Cooperação Técnica ao qual se adere.

3. VIGÊNCIA: o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com prazo final igual ao do Termo de Cooperação Técnica supramencionado.

#### 4. RESPONSABILIDADES

##### 4.1 São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:

- I – Exercer a coordenação-geral, supervisionando as ações do programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;
- II – Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e outras instituições voltadas à docência, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;
- III – Promover a articulação, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;
- IV – Planejar, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, do que devem participar as entidades aderentes;
- V – Produzir em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional do projeto em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as inerentes às lições básicas de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração os(as) destinatários(as);
- VI – Gerar relatórios estatísticos da atuação dos órgãos do Judiciário envolvidos nos eventos, bem como compilar os relatórios setoriais dos demais envolvidos.

##### 4.2 São responsabilidades gerais do CJF, do CSJT e do CNMP

- I – Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e centro de estudos, de acordo com sua esfera de atuação, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;
- II – Planejar, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;
- III – Promover articulação, em conjunto com o CNJ, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;
- IV – Produzir, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as lições de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração as especificidades dos(as) destinatários(as) do material;

- V – Diligenciar, nos Tribunais e órgãos do Ministério Público vinculados ao respectivo Conselho, a disponibilização de profissionais e meios materiais para a efetivação das ações inerentes ao JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;
- VI – Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

#### 4.3 São responsabilidades gerais do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS:

- I – Viabilizar, pela conjunção de esforços, a institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, programa sob coordenação-geral e supervisão do CNJ e do qual são partícipes CJP, CSJT e CNMP;
- II – Viabilizar, no caso de entidade aderente integrante do Poder Judiciário e Ministério Público, a participação dos(as) profissionais que compõem seu corpo funcional em seminários e cursos de capacitação;
- III – Produzir e/ou divulgar de forma ampla as peças de comunicação institucional do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de material referente a lições de cidadania, guardando-se sempre obediência às diretrizes fixadas pelos Conselhos signatários do Termos de Cooperação Técnica;
- IV – Fomentar as ações objeto deste Termo de Adesão;– Designar profissionais e recursos materiais para a execução dos serviços envolvidos no JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e
- V – Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

5. PUBLICAÇÃO: O presente instrumento será divulgado, pelo CNJ, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e será mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, em observância ao disposto nos arts. 91 e 94 da Lei n. 14.133/21.

Palmas, data da assinatura eletrônica.

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

**Desembargador JOÃO RIGO GUIMARÃES**  
**Presidente**



Documento assinado eletronicamente em 26/02/2024, às 19:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **000012302149452** e o código CRC **FD1C4D1F**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Q-202 N AV. TEOTONIO SEGURADO, CONJ 1 LTS 1/2 - Bairro PLANO DIRETOR NORTE - CEP 77006214 - Palmas - TO -  
<http://www.tre-to.jus.br>

**PROCESSO** : 0001104-87.2024.6.27.8000  
**INTERESSADO** : CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
**ASSUNTO** : Termo de Cooperação Técnica n. 03/2023 – Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.

**Decisão nº 552 / 2024 - PRES**

Trata-se de **Ofício N. 35/SEP (000012302131000)**, do Secretário de Estratégia e Projetos do Conselho Nacional de Justiça, em parceria com o Conselho da Justiça Federal, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional do Ministério Público, que celebrou o Termo de Cooperação Técnica n. 03/2023, **Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal**, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça e aos serviços públicos na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (Seji).

Na oportunidade, **convida este Tribunal a aderir ao Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal**. Adicionalmente, compartilha a cópia de cooperação e a minuta do Termo de Adesão e Plano de Trabalho, (eventos [000012302131446](#) e [000012302131443](#)). E que, caso haja interesse deste Regional, solicita o mais breve possível providenciar o encaminhamento do Termo de Adesão anexo devidamente preenchido e assinado, por meio do sistema Malote Digital ou Protocolo Eletrônico disponível em: <https://formularios.cnj.jus.br/protocolo-eletronico/>, com referência ao SEI n. 02433/2023.

Os autos foram encaminhados à Diretoria-Geral para manifestação, que após instrução e manifestação favorável pelos órgãos técnicos da Casa, conforme eventos (000012302133933, 000012302134433), encaminhou a Minuta do Termo de Adesão (000012302134160) para análise da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral – ASJUR.

Nesse sentido a ASJUR por meio do Parecer nº 61 / 2024 - PRES/DG/ASJUR (000012302143305), aprovou a Minuta de Termo de Adesão (evento 000012302131446) ao Termo de Cooperação Técnica nº 03/2023, que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) firmou com o Conselho da Justiça Federal, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional do Ministério Público, o qual instituiu o Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça e aos serviços públicos na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (Seji).

Por fim, o Diretor-Geral (000012302143400) destacou o observado pela ASJUR, de que **não há obrigatoriedade da participação do órgão aderente em todos os eventos promovidos no programa**. São obrigações do órgão aderente

"viabilizar esforços para institucionalizar calendário", "produzir e promover peças de comunicação" e "fomentar as ações do Termo de Adesão", e encaminhou os presentes autos à esta Presidência para análise e deliberação, com sugestão de prosseguimento das tratativas para assinatura.

Ante o exposto, considerando a manifestação dos órgãos técnicos desta Corte, acolho como razão de decidir o Parecer nº 61 / 2024 - PRES/DG/ASJUR (000012302143305) bem como a manifestação do Diretor-Geral, e **autorizo** este Tribunal a **aderir a o Termo de Cooperação Técnica nº 03/2023 - que instituiu o Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal**, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça e aos serviços públicos na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (Seji) -, conforme Minuta do evento 000012302131446.

À **Diretoria-Geral** e à **SECONT** para conhecimento e providências.

À **EJE** para conhecimento.

Após assinatura do referido Termo de Adesão, providencie-se o encaminhamento devidamente preenchido, por meio do sistema Malote Digital ou Protocolo Eletrônico disponível em: <https://formularios.cnj.jus.br/protocolo-eletronico/> , com referência ao SEI n. 02433/2023, conforme informado no **Ofício N. 35/SEP (000012302131000)**.

Cumpra-se.

---

**Desembargador JOÃO RIGO GUIMARÃES**  
**Presidente**



Documento assinado eletronicamente em 21/02/2024, às 20:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **000012302145556** e o código CRC **718894BE**.

**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

Secretaria de Estratégia e Projetos

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF

[www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)

OFÍCIO N. 35/SEP

Brasília, data da assinatura eletrônica.

A Sua Excelência o Senhor  
Desembargador João Rigo Guimarães  
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins  
Palmas - TO

**Assunto: Termo de Cooperação Técnica n. 03/2023 – Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.**

Senhor Presidente,

O Conselho Nacional de Justiça, em parceria com o Conselho da Justiça Federal, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Conselho Nacional do Ministério Público, celebrou o Termo de Cooperação Técnica n. 03/2023, **Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal**, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça e aos serviços públicos na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (Seji).

A primeira edição do programa, realizada entre os dias 17 e 21 de julho de 2023, em São Félix do Xingu (PA), cujo relatório pode ser acessado por meio do [link: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/09/relatorio-justica-itinerante-xingu-2023-09-29-web.pdf](https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/09/relatorio-justica-itinerante-xingu-2023-09-29-web.pdf), servirá de paradigma para o aprimoramento das edições futuras.

Desse modo, informo que estamos na fase de estudos para definir as localidades e as datas para as edições de 2024, processo que envolve todas as instituições participantes e visa promover a cooperação interinstitucional com o propósito de garantir o pleno acesso à Justiça e aos serviços públicos na região da Amazônia Legal.

Nesse contexto, convido **esse tribunal a aderir ao Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal**. Adicionalmente, para apreciação dessa Corte de Justiça, compartilho a cópia do referido instrumento de cooperação e a minuta do Termo de Adesão e Plano de Trabalho.

Caso haja interesse, solicito a gentileza de, o mais breve possível, Vossa Excelência providenciar o encaminhamento do Termo de Adesão anexo devidamente preenchido e assinado, por meio do sistema Malote Digital ou Protocolo Eletrônico disponível em: <https://www.cnj.jus.br/formularios/protocolo-eletronico/>, com referência ao SEI n. 02433/2023.

Respeitosamente,

**Gabriel da Silveira Matos**  
Secretário de Estratégia e Projetos



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL DA SILVEIRA MATOS, SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E PROJETOS**, em 26/01/2024, às 15:58, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1763007** e o código CRC **AE331701**.

---